

Ata nº 12 / XIII / 1.ª SL

Aos vinte e seis dias do mês de Janeiro de 2016, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

1. **Informações gerais;**
2. **Análise e aprovação do Parecer da Conta Geral do Estado, de 2014: Deputada autora do Parecer: Ângela Guerra – PSD**
3. **Apresentação do parecer da DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO** relativa à luta contra o terrorismo e que substitui a Decisão-Quadro 2002/475/JAI do Conselho relativa à luta contra o terrorismo **[COM(2015)625]: Deputado autor do Parecer: Paulo Pisco – PS**
4. **Aprovação de Atas:**
 - Ata n.º 10 de 19 de janeiro de 2015 – 14h00
 - Ata n.º 11 de 19 de janeiro de 2015 – 16h00
5. **Outros assuntos**

Iniciados os trabalhos, o Senhor **Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto**, deu as boas-vindas aos membros da Comissão e prestou, no âmbito do **Ponto 1.** da OD, as seguintes informações gerais:

- A audição regimental com o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros decorrerá no dia 2 de fevereiro, pelas 15h30;
- O Senhor Eng.º António Guterres confirmou a sua presença na CNECP no dia 16 de fevereiro, pelas 15h30;

- A Senhora Presidente da CAE convida os Deputados da CNECP a participar na Audição Pública sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia __ Com a participação do Comissário Europeu para a Ajuda Humanitária e Gestão de Crises, Senhor Christos Stylianides (Senado, dia 16 de fevereiro, 09.30 horas)

- O Senhor Presidente da Assembleia da República solicita parecer da CNECP (e em simultâneo da CAE) acerca da relevância da realização da Cimeira EU – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos __ de 18 a 20 de maio, na Sala do Senado:

São 3 dias de trabalhos (4.ª a 6.ª feira);
Há coincidência com trabalho em Plenário

- Reunião Interparlamentar da Comissão de Negócios Estrangeiros do Parlamento Europeu _ “*Towards the NATO Summit in Warsaw*” (23 de fevereiro, Estrasburgo): Participarão nesta reunião os Senhores Deputados Ângela guerra (PSD) e Paulo Pisco (PS)

- Modelo a adotar para a audição do CAD/OCDE:
Ficou acordado que o modelo a adotar será o de Mesa + Coordenadores, com a presença da Senhora Presidente da CAE, caso o deseje, para cujo efeito dever-lhe-á ser endereçado convite formal.

- Análise do contributo da CNECP para a Revisão Estratégica Europeia de Segurança (Deputada Relatora, Isabel Santos (PS): Informou a senhora Deputada Relatora que apresentará o seu trabalho na 3.ª semana de fevereiro.

- Grupo de Trabalho “*Colóquio da Língua Portuguesa*”: Integrarão este Grupo de trabalho informal os Deputados:
 - Carlos Páscoa (PSD);
 - Lara Martinho (PS);
 - Filipe Lobo d’Ávila (CDS/PP);
 - Carla Cruz (PCP);
 - Pedro Filipe Soares.A 1.ª reunião de trabalho focou agenda para o dia 10 de fevereiro, pelas 14.30 horas, na sala 7.

Ponto 2.

Relativamente a este ponto da OD, tomou a palavra a Senhora Deputada Ângela Guerra (PSD), tendo começado por referir ter restringido o âmbito da sua apreciação à parte estritamente relativa à esfera de competências prosseguidas pela Comissão. A sua análise, referiu, abarcará o OGE de 2014, bem como as suas sucessivas alterações. Depois de enquadrar a matéria, referenciou a evolução da economia global e seus condicionamentos essenciais e, em particular, a economia da zona euro, onde o crescimento verificado (0,9%) ficou aquém do crescimento mundial (3,4%). A economia nacional cresceu 0,9%, com base no investimento, procura interna e despesa do consumo provado, parecendo estarmos perante a inversão do ciclo económico. A taxa de desemprego recuou para os 13,4%, mais do que 2,5% relativamente ao ano anterior. No respeitante à área dos Negócios Estrangeiros, o orçamento consolidado era de 341 milhões de euros (95% de taxa de execução), dados posteriormente retificados para 357 milhões, por força das decisões do Tribunal Constitucional em matéria de despesa, sendo a maior parte relativa a despesa com pessoal, aqui se incluindo todos os serviços integrados, estudos e projetos, assim como parte do orçamento do Camões, IP. Foi notada, ainda, a satisfação de dívida referente a quotas e despesas de participação em organizações internacionais. Registou-se, segundo apurou, a alienação de património do MNE no estrangeiro como forma de racionalizar a despesa, a par da redução dos consumos intermédios. Continuou-se o esforço de redimensionação da rede consular. Registou que o Tribunal de Contas confirmou ter a presente Conta incorporado cerca de 77 recomendações, entendendo que os critérios de contabilidade pública, no caso dos Negócios Estrangeiros, foram corretamente aplicados.

Interveio o Senhor Deputado **Paulo Pisco (PS)** para felicitar a Relatora pelo trabalho realizado, cuja natureza impõe sempre dificuldades na sua elaboração, tendo vincado o facto a Conta ter sido elaborada com base em documentos oficiais.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)** que também felicitou a autora do Parecer pelo trabalho realizado, sublinhando que tanto a Unidade Técnica de Apoio Orçamental como o Tribunal de Contas já elogiaram publicamente da Conta Geral do estado sob análise. Sublinhou o facto de 27 milhões de euros na despesa do setor dos Negócios Estrangeiros ter derivado do pagamento de quotizações e participações em atraso, decorrentes dos compromissos de Portugal em organizações internacionais.

Interveio a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** para, em nome do seu Grupo Parlamentar, cumprimentar a Relatora pelo trabalho realizado. Referiu que o PSD apenas trouxe à colação a parte da Conta sobre a qual o Tribunal de contas teve opinião mais favorável ao anterior Governo, evidenciando a parcialidade na elaboração do Parecer. Por tal motivo, o PCP votará contra.

Interveio a senhora Deputada Assunção Cristas (CDS-PP) para felicitar a Relatora pelo trabalho realizado, o qual demonstrou ser circunstanciado e bem fundamentado, relevando o bom trabalho do anterior Governo.

Interveio o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) para, em nome do seu Grupo Parlamentar, cumprimentar a Relatora pelo trabalho realizado. Referiu, porém, que o trabalho da Relatora foi além do âmbito previsto para a sua elaboração. Entende que este Parecer, na medida em que procede à apreciação da Conta de 2014, deveria servir de aprendizagem para o ano imediatamente seguinte, o que, não se verificando, transforma-o num anacronismo legal, facto que não é politicamente satisfatório nem benéfico para a democracia. Sublinhou, ainda, que as indicações negativas do Tribunal de Contas são sempre esquecidas na elaboração do Orçamento para o ano seguinte, defendendo que esta prática deveria merecer o respetivo reenquadramento normativo. Por fim, referiu que o BE não irá acompanhar este Relatório, não pelo trabalho da sua autora, mas sim pela forma como a Conta é apresentada e fundamentada pelo Governo.

Interveio o Senhor Presidente para assinalar ter-se caído, infelizmente, no costume de os Deputados autores de pareceres não emitirem a sua opinião pessoal no espaço próprio do Relatório, o que não abona em favor dos próprios e do Parlamento, mesmo sabendo que não são, regimentalmente, objeto de votação. E lembrou que os critérios do Tribunal de contas não são lei, nem poderiam sê-lo à luz do princípio da separação de poderes.

Retomou a palavra a Senhora Deputada Ângela Guerra (PSD) para afirmar ter entendido, ao contrário do que lhe é habitual, não emitir opinião acerca da matéria em presença, tendo acompanhado o BE no que respeita à prática e oportunidade desta discussão.

Submetido a votação, o Relatório foi aprovado por maioria, com voto contra do PCP e abstenção do BE.

Ponto 3.

Tomou a palavra o Senhor Deputado Paulo Pisco (PS), explicando a motivação do presente escrutínio, apontando a desestabilização provocada pelo terrorismo no normal funcionamento das sociedades de hoje e das dificuldades que tende a gerar no seio da própria União. Defendeu existir a necessidade de alargar a participação no esforço de reflexão sobre este fenómeno, a começar nesta mesma Comissão. A presente iniciativa, formalmente sujeita ao procedimento de co-decisão do Conselho e Parlamento Europeu, acolhe orientações provenientes de decisões e contributos do Conselho de Segurança da ONU, do Conselho da Europa e do Grupo Internacional de ação Financeira, para controle do financiamento do terrorismo, prevenindo tipos de crime que a Decisão-Quadro de 2002

não previa, abarcando toso um conjunto de atividades terroristas que começam na própria preparação dos atentados, até ao recurso a meios tecnológicos de informação para efeitos de propaganda. Sublinhou que, agora, também as vítimas do terrorismo merecerão diferentes tipos de enquadramento, Pretende-se garantir algum equilíbrio e proporcionalidade de forma a evitar excessos de securitarismo, afirmando que a subsidiariedade, bem como a proporcionalidade, não saem beliscadas, dada a liberdade reconhecida aos estados para introduzir especificidades, desde que não ponham em causa os objetivos essenciais da medida. E terminou, considerando estar a medida em condições de ser remetida à 4.ª Comissão, para os fins devidos.

Interveio a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)** para cumprimentar o autor do Parecer pelo trabalho efetuado e assinalar que muitas das propostas veiculadas nesta diretiva já vigoram na ordem jurídica portuguesa, na sequência da aprovação em 2015 do denominado “pacote antiterrorismo”. Neste seguimento, elencou exaustivamente um conjunto de Leis que foram efetivamente revistas e alteradas no sentido que afirma (101/2001, 52/2003, 23/2007, 25/2008 e 53/2008), tendo salientado que a alteração ocorrida em 2007, Portugal não previu a perda de nacionalidade dos eventuais infratores, ao invés do que já é praticado nalguns países da União.

Interveio a Senhora **Deputada Assunção Cristas (CDS-PP)** para reforçar a necessidade de que o elenco de Leis atrás referenciado seja expressamente mencionado no Parecer sob discussão, se existem outras matérias relacionadas com esta temática cuja referência esteja, ainda, omissa, ou em condições de vir a ser aprovada.

Interveio a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** para cumprimentar o autor em nome do seu GP, e afirmar estarem igualmente omissas deste documento referências às causas profundas do terrorismo, como por exemplo, as questões económicas e sociais, que o Relatório não aprofunda nem menciona adequadamente. Os direitos e liberdades dos cidadãos não podem deixar de ser salvaguardados, intento que normalmente esmorece perante o circunstancialismo da ameaça. Por tal motivo, anunciou, o PCP abster-se-á na votação.

Interveio a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)** para sublinhar que todas as alterações constantes do “pacote” legislativo acima identificado respeitavam escrupulosamente os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, tendo sido amplamente debatidas no Parlamento, tendo-lhe sido reconhecido cunho humanitário. Recomendou a leitura de “Shalimar, o palhaço”, de Salman Rushdie. Nesta matéria é fundamental assegurar o comprometimento internacional mais alargado possível, salientando que Portugal não

segue políticas radicais, o que não deve confundir-se com as ações necessárias a salvaguardar os nossos valores civilizacionais, onde não pode existir lugar para o medo.

Interveio o Senhor **Presidente** para agradecer os contributos profundos e alargados que se suscitaram e para afirmar que, independentemente da discussão das causas profundas do terrorismo, haverá de ser estabelecida uma fronteira entre o Bem e o Mal, sendo neste último valor que o terrorismo se funda, independentemente das suas motivações, pondo em evidência a essência e natureza humanas.

Interveio a senhora Deputada Carla Cruz (PCP) para salientar que esta diretiva ainda está em fase de discussão e afirmar que, independentemente da natureza humana, não podemos esquecer dos contextos históricos e sociais.

Interveio o Senhor Presidente para referir nada justificar, histórica, social ou economicamente o rapto de 400 raparigas pelos terroristas do Boko Haram., Independentemente do brilhantismo do trabalho do Relator, há que aproveitar o processo de discussão europeia em curso para esta iniciativa e assegurar que nela fique gravada a marca dos nossos valores humanistas.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para assinalar que o nível e a profundidade desta discussão em Comissão é a melhor prova da bondade da decisão de escrutinar esta medida. E lembrou que, em tempo, também o PS havia produzido um “pacote antiterrorismo”, aquele que as novas circunstâncias levaram o anterior Governo a revê-lo, em 2015. Há aspetos por aprofundar nesta iniciativa, como por exemplo o apoio às vítimas do terrorismo. Nada tem a opor em que no Parecer a aprovar seja feita menção ao “pacote legislativo antiterrorismo” a que aludiu a Senhora Deputada Paula Teixeira da Cruz.

Interveio a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)** para a necessidade de não ser esquecida a questão do Estatuto da Vítima.

Tomou a palavra o Senhor Presidente para sublinhar a sua satisfação por ter ficado nitidamente provado qual deve ser a natureza do trabalho em Comissão. Solicitou, ainda, a confiança do plenário para que na votação a seguir, seja levado em conta o facto de a versão final do Parecer ter de ser atualizada, para incorporar o elenco dos diplomas que integraram o “pacote antiterrorismo”. Submetido a votação, o Relatório foi aprovado por maioria dos deputados presentes, registando-se a abstenção do PCP e do BE.

Ponto 4.

Relativamente a este ponto da OD, foi revisto o teor das Atas assinaladas na OD, tendo a n.º 10 sido aprovada por unanimidade dos Deputados presentes, e a n.º 11 por maioria,



registando-se a abstenção do PCP, devido ao facto de não ter estado presente na reunião a que a mesma respeita.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente** declarou encerrada a reunião pelas 16 horas e trinta e cinco minutos, relembrando que a próxima sessão ordinária terá lugar a 19 do corrente mês.

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20160126.mp3

Palácio de S. Bento, 26 de Janeiro de 2016

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Ângela Guerra
Carlos Páscoa Gonçalves
Domicília Costa
Gabriela Canavilhas
Isabel Santos
Joana Lima
Jorge Moreira da Silva
José Cesário
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Paulo Pisco
Pedro Filipe Soares
Sérgio Sousa Pinto
Assunção Cristas
Carla Cruz
Carla Sousa
Fernando Jesus

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Filipe Lobo D' Ávila
João Oliveira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões
Carlos Alberto Gonçalves
Lara Martinho
Maria Germana Rocha
Porfírio Silva
Sérgio Azevedo

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 14/09/2016.